

Secção Regional do Sul

Análise sobre Orçamento do Estado 2015

5 de dezembro 2014

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA A SAÚDE, 2015

ANÁLISE CRÍTICA

No final de 3 anos de Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, com conhecidos impactos sociais, seria expectável que o Orçamento do Estado para a Saúde assumisse maior visão estratégica.
Hoje em Portugal, as pessoas e as famílias apresentam mais necessidades em cuidados de saúde, contrastando com um Sistema que tem efetivamente menos recursos.
Esta relação paradoxal, menos recursos para responder a mais necessidades, exige que sejam criadas, desenvolvidas e consolidadas respostas inovadoras centradas no cidadão, que privilegiem o acompanhamento das pessoas ao longo do ciclo vital, em proximidade aos seus contextos domiciliários.

Da análise do Orçamento do Estado para 2015 aprovado em Assembleia da República, emerge um conjunto de preocupações, que o Conselho Diretivo Regional da Secção Regional do Sul da Ordem dos Enfermeiros, propõe para discussão.

O Orçamento do Estado para 2015:

- Não apresenta uma visão de médio prazo, centrando o foco de atenção no controlo do custo com medicamento, sem incorporar instrumentos de avaliação de impacto;

- Propõe a devolução de hospitais às misericórdias;
    - Este processo pode condicionar a capacidade de prestação do Serviço Nacional de Saúde;
    - Não conhecemos procedimentos que possam monitorizar esta eventual devolução;
    - As sucessivas promessas (não cumpridas) de Reorganização da Rede Hospitalar, relacionada com a «devolução de hospitais às misericórdias» faz antever a eventual desresponsabilização do estado/governo na área da prestação de cuidados de saúde;

- Não explicita de forma inequívoca o imprescindível reforço dos Cuidados de Saúde Primários (CSP), nem da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), nomeadamente com mais profissionais de saúde;

- Circunscreve a política de CSP às Unidades de Saúde Familiar, ignorando a relevância das outras unidades funcionais;

  - Não existe nenhuma referência à implementação do projeto Enfermeiro de Família;
  - Não existe nenhuma referência à necessidade de reforço das Equipas de Cuidados Continuados domiciliários;

- Propõe o desenvolvimento da Rede de Cuidados Paliativos;

  - Mais que criar uma «nova rede» devem ser dotadas as equipas da RNCCI, que têm também a responsabilidade de prestar cuidados paliativos;

- Mantem a proposta de Taxas moderadoras (apesar da ligeira redução). Se é discutível a existência de taxas moderadoras em Unidades Hospitalares, somos contra que existam nos Cuidados de Saúde Primários;

- Propõe transferências financeiras para os municípios, bem como de património. Temos dúvidas quanto à eficiência desta medida, uma vez que não são conhecidos os trâmites destas transferências.

- Propõe o reforço de capital dos hospitais em situação de falência técnica, cujo impacto financeiro no sistema é desconhecido.

Enf. Alexandre Tomás
Presidente
Conselho Diretivo Regional

Secção Regional do Sul
Rua Castilho, n.º 59 - 8º esquerdo
1250-068 Lisboa
T:213815553 M:962128298
F:213815559
alexandre.tomas@ordemenfermeiros.pt
http://www.ordemenfermeiros.pt/sites/sul

---- fim do documento ----